

Tiram areia a conta-gotas e deixam os pescadores em perigo

"West Sea já não paga o subsídio de refeição!"

"Podemos tomar medidas contundentes para reabrir as fronteiras"

ALTO MINHO
O NOSSO
PAPEL
FAZ
A DIFERENÇA
HÁ 25 ANOS



Intermarché
PONTE DE LIMA SUPER

Levante as suas compras no **DRIVE** ou receba-as em casa

loja online

SIMPLES, CÔMODO E RÁPIDO

OFERTA DOS SACOS E DA TAXA DE RECOLHA

OS PREFERIDOS DOS PORTUGUESES A

PREÇOS
ainda
+ BAIXOS



Pescadores de Vila Praia de Âncora correm perigo e ameaçam boicotar as vendas

O presidente da Associação de Pescadores de Vila Praia de Âncora, em Caminha, alertou que "os acidentes e a morte espreitam" a cada saída e entrada no portinho pesca, que "não é desassoreado há vários anos".

"Os riscos que corremos a cada dia de faina são enormes. Há anos que não é feita qualquer dragagem e nunca foi feita uma intervenção de fundo no portinho de Vila Praia de Âncora. Fazem sempre desassoreamentos parciais que não resolvem o problema", afirmou Vasco Presa.

O assoreamento no portinho de Vila Praia de Âncora, no concelho de Caminha, distrito de Viana do Castelo, que hoje conta com pouco mais de vinte embarcações de pesca tradicional e uma centena de pescadores, é um problema recorrente. Após vários anos de reivindicações, o Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos gastou, no primeiro semestre de 2013, mais de 400 mil euros para dragar aquela barra.

Contudo, em junho desse mesmo ano, cerca de quinze dias depois de concluída a operação, a barra já se encontrava novamente assoreada, problema que os pescadores afirmam dever-se também à configuração do portinho, construído há cerca de uma década.

O problema arrasta-se até hoje e, segundo Vasco Presa, "levanta muitas limitações à atividade dos pescadores, que só podem operar quando estão reunidas as condições de segurança para a saída e entrada das embarcações".

"Não podemos fazer as marés de mar que seriam desejáveis. Vamos menos vezes ao mar e com muitas limitações. Veja o que é termos de interromper a faina para podermos entrar em segurança, quando precisávamos de estar mais horas no mar. O peixe tem a suas lógicas e suas complexidades para ser capturado, não pode ser pelo nosso relógio ou vontade", explicou.

Questionado sobre as ações que os pescadores tencionam tomar para alertar para a situação, Vasco Presa disse que podem vir passar pelo "boicote às vendas ou pela exigência da suspensão de rendas de armazéns de aprestos". "São encargos grandes que os pescadores com esta situação têm dificuldade em suportar. Estamos a falar de encargos mensais a rondar os 500 euros", especificou.

O presidente da Câmara de Caminha, Miguel Alves confirmou que a barra se encontra "completamente assoreada".

"É um perigo. Há anos que ando nessa luta. Já há um procedimento feito no âmbito da sociedade Polis Litoral Norte, mas falta adjudicar porque não há garantia financeira da parte da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, tutelada pelo Ministério do Mar. Só há dinheiro do Ministério do Ambiente. Desde a aprovação do Orçamento de Estado que estamos à espera de que a verba, prometida desde o ano passa-

do, seja disponibilizada. Enquanto não é, o procedimento não avança e o portinho está um perigo", referiu.

O autarca socialista adiantou que "os pescadores de Vila Praia de Âncora estão a arriscar a vida sempre que saem e voltam do portinho por causa de uma burocracia que teima em não se tornar realidade". "E o perigo vai aumentar com a chegada dos turistas, menos experientes e pouco conhecedores da barra, que vem para usar os seus barcos em lazer. Das duas, uma: ou se faz o desassoreamento ou se fecha o porto e compensa os pescadores", defendeu.

Estima-se que a atividade piscatória envolva perto de 200 pessoas em Vila Praia de Âncora, da pesca propriamente dita à venda e ou à restauração. A operação de desassoreamento do portinho de Vila Praia de Âncora foi considerada como prioritária, em 2012, pela secretaria de Estado do Mar, por a situação condicionar a atividade piscatória.

CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO



Câmara de Viana Viana garante estar a realizar reuniões de acordo com a lei

O presidente da Câmara de Viana do Castelo garantiu que as sessões camarárias realizadas por videoconferência devido à pandemia de covid-19, cumprem a legislação aprovada pelo Governo, mas o PSD defendeu que deveriam ser transmitidas 'online'.

A proposta que os vereadores sociais-democratas Hermenegildo Costa e Cristina Veiga colocaram à maioria socialista na Câmara de Viana do Castelo pedia "a transmissão pública 'online', de preferência direta, no sítio oficial da Câmara na Internet", das sessões camarárias.

O documento, apresentado no período antes da ordem do dia da reunião ordinária sustenta que aquela solução "possibilita ao público o conhecimento dos assuntos tratados, que a todos diz respeito, tal como é definido nas diretrizes atuais e que possibilitam medidas de exceção quanto à atuação autárquica neste período de crise".

No final da reunião, José Maria Costa, disse que "as reuniões da Câmara cumprem com a legislação que foi aprovada pelo Governo para este período em não podem realizar-se reuniões com presença física em determinados espaços confinados". "O mesmo está a acontecer com as dos executivos das Juntas de Freguesia quer para as assembleias municipais. A reunião de junho vai ser feita com recurso a videoconferência", acrescentou.

O autarca socialista afirmou que o município "faz sempre a divulgação pública, atra-

vés dos órgãos de comunicação das decisões tomadas, e é feita também a nota das deliberações da Câmara". "Estamos a publicitar toda a atividade da Câmara. Naturalmente, que o ideal era tornarmos as sessões públicas, com público, mas neste momento não é possível. Só a partir de junho é que teremos essas condições".

No final da sessão, a vereadora social-democrata Paula Veiga, disse que o autarca não se pronunciou sobre a proposta e garantiu que irá "voltar à carga na próxima reunião camarária". "Não há vontade em mudar o modo com as coisas estão a ser feitas. Tudo bem que se faça a videoconferência, mas não se pode limitar a participação das pessoas. Nesse sentido o executivo não está a ser correto. Nós sabemos que há o regime de exceção, mas esse regime não limita algumas questões fundamentais, entre elas a participação pública", sustentou.

Em abril, um parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), alertou que as reuniões dos municípios realizadas por videoconferência devido à covid-19 devem "acautelar a participação do público", prevendo "formas alternativas" para a intervenção.

O documento alerta que, perante o "caráter público de certas sessões/reuniões", não estão a ser "totalmente satisfeitos os valores e interesses legais e constitucionais", por ser "impraticável", nas videoconferên-

cias que estão a ser realizadas, a participação pública nos termos em que está prevista. Por isso, a CCDR-N recomenda a "previsão de formas alternativas de intervenção telemática do público nessas sessões/reuniões", caso "tal se revele tecnicamente exequível".

Nesta reunião ordinária, foi aprovada por unanimidade uma moção apresentada pela vereadora da CDU, Cláudia Marinho, a "exigir ao Governo e à Assembleia da República a aplicação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco, aos trabalhadores da Administração Local".

O documento vai ser enviado, entre outros, ao primeiro-ministro, aos Ministérios das Finanças, da Modernização do Estado e da Administração Pública, ao presidente da Assembleia da República, aos grupos parlamentares.

Pelouros redistribuídos a 4 de Junho

"A regulamentação e aplicação do Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco é há muito uma justa aspiração dos trabalhadores da Administração local que apesar de prevista e reafirmada no quadro legal, nomeadamente na lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, tarda em ver a sua aplicação efetivada", lê-se no documento.

O presidente da Câmara de Viana do Castelo disse que anunciará a redistribuição dos pelouros da Educação, Cultura e Turismo, na sequência da renúncia da vereadora que os detinha, no dia 4 de junho. José Maria Costa adiantou "estar ainda a ser analisada a redistribuição dos pelouros" que será revelada na reunião quinzenal do executivo, marcada para aquela data. Na mesma sessão, acrescentou, tomará posse o novo vereador, Ricardo Rego, atual chefe de gabinete do autarca socialista.

Na quarta-feira, o presidente da Câmara informou que a vereadora com os pelouros do Turismo, Educação e Cultura na Câmara de Viana do Castelo, Maria José Guerreiro, renunciou aos cargos que desempenhava desde 2009, alegando motivos pessoais. José Maria Costa explicou que Maria José Guerreiro cessará funções dia 03 de junho, encontrando-se "desde quarta-feira e até essa data em gozo de férias". "Até ao dia 04 de junho assumirei todos os pelouros", especificou.

O novo vereador, Ricardo Rego, é o sétimo da lista que o PS apresentou às eleições autárquicas de 2017 e que o partido venceu com 53,68% dos votos, elegendo seis dos nove mandatos atribuídos. Entre outros cargos que desempenhava por inerência de funções, Maria José Guerreiro, professora de profissão, presidia à VianaFestas, entidade que organiza as festas da capital de Alto Minho.



PCP acusa West Sea de não pagar subsídio de refeição

A Direcção da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP (DORVIC) promoveu "uma jornada de contacto" e informação junto dos trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo sob o lema "Nem um direito a menos", inserida na campanha "Valorizar o Trabalho e os Trabalhadores. Não à exploração".

O PCP considera "ser da maior importância chamar a atenção para os problemas dos trabalhadores, que estão a ser atingidos nos seus direitos e condições de

vida, na sequência das consequências directas do surto epidémico, mas também do facto de sectores do patronato estarem a aproveitar esse surto para reduzir salários e outros rendimentos dos trabalhadores e para limitar os seus direitos, como o direito a um horário de trabalho que permita conciliar a vida pessoal e familiar com a vida profissional, o direito a férias e o direito a trabalhar com condições adequadas de higiene, segurança e saúde". "O vírus é real, e não pode haver dúvida que

justifica medidas para o conter. Mas é inaceitável que sob esse pretexto, o patronato aproveite a oportunidade que a situação coloca para, no imediato, agravar a exploração dos trabalhadores.

É neste contexto que a DORVIC esteve em contacto com os trabalhadores dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo para lhes dizer que é urgente valorizar o trabalho e os trabalhadores e dizer não à exploração", realça a DORVIC, denunciando: "O facto da Administração da West Sea insistir na altera-

ção unilateral dos horários dos trabalhadores do estaleiro, bem como os problemas que se têm verificado com o não pagamento do subsídio de refeição devido a alguns trabalhadores, são sinais que este caminho pode ter consequências para o futuro. Daí a necessidade de afirmar que os trabalhadores precisam que o seu trabalho seja valorizado: mais salário, melhores direitos, melhores condições de trabalho. Esse é o caminho a seguir para dar resposta à fase atribulada que atravessamos."

"Fundos comunitários podem tornar-se um fardo para o mundo rural"

A Federação Minha Terra promoveu uma reunião geral dos Grupos de Ação Local (GAL) para partilhar ideias e preocupações, numa leitura conjunta dos impactos da pandemia COVID-19 nos territórios rurais, em particular junto dos actuais aos promotores de projecto no âmbito dos instrumentos de apoio geridos pelos GAL, assim com às necessidades que se perspectivam.

À medida que se levantam restrições associadas à mobilidade e confinamento dos cidadãos, aumenta "a percepção sobre os impactos socioeconómicos que já se sentem e perspectivam-se outros, que urge mitigar. O apoio ao escoamento da produção agrícola e a reactivação do comércio de

proximidade são linhas de trabalho transversais, mas algumas das actividades que estiveram na base da diversificação económica dos territórios rurais, como o turismo (hotelaria, restauração, animação turística, ...) ficaram suspensas, estão a sofrer impactos imensos e enfrentarão dificuldades na reactivação".

As respostas que estão a surgir por parte da administração "são ainda insuficientes, muito centralizadas e administrativamente complexas". Os GAL e a Federação Minha Terra consideram que é imprescindível uma intervenção territorializada, de malha fina, envolvendo a sociedade civil, que vai para além do período de emergência, com

respostas articuladas em rede e de acordo com as necessidades e expectativas em cada território e dos diferentes tipos de destinatários. Estes apoios não devem ser esquecidos quando se puser em prática a flexibilidade proposta pela Comissão Europeia na gestão dos fundos comunitários".

Em paralelo com políticas mais massificadas e de largo espectro, "é essencial lançar uma nova geração de financiamentos que permitam valorizar a experimentação, criar respostas com base em soluções de inovação social para os desafios emergentes, apoiados num forte trabalho de animação territorial em proximidade às comunidades rurais".

Uma preocupação transversal aos diferentes Grupos de Acção Local é "a capacidade dos beneficiários de apoios que têm projectos em curso levarem os seus projectos até ao fim com os resultados esperados. As obrigações contratuais que têm com os fundos comunitários, em vez de serem um apoio, não podem tornar-se um fardo na sua gestão e tesouraria". "É imperativo que os procedimentos sejam agilizados, os adiantamentos cheguem à tesouraria das microempresas e que seja permitido reprogramar os investimentos sem penalizações e riscos de devolução de verbas, numa medida de solidariedade, mas também de boa gestão dos apoios públicos", preconizam.

Já leu o "AltoMinho" desta semana?

VIANA DO CASTELO

SUPLEMENTO DO SEMANÁRIO ALTO MINHO Nº 1482 - 20 DE MAIO DE 2020 - NÃO PODE SER VENDIDO SEPARADAMENTE

"Viana e o Mar" inspira Museu Virtual da Memória Marítima e Laboratório

Viana do Castelo, cidade que durante a sua história teve sempre o mar como horizonte e como centro da sua identidade, reafirma no Dia Europeu do Mar, celebrado a 20 de maio, a sua aposta neste eixo estratégico e reforça a sua posição como "Cidade Náutica do Atlântico".

Nesse sentido, inicia dia 21 de maio a 4ª Edição do Concurso "Viana e o Mar", que pretende reforçar a sua relação com o mar, quer através das atividades económicas e comerciais, quer através do turismo, da náutica e do desporto.

Desde as praias aos portos de mar, passando pelas zonas ribeirinhas e equipamentos náuticos, Viana do Castelo está recheada de pontos de interesse, estruturas e gentes que merecem um olhar mais detalhado. É de salientar que em edições anteriores foi possível recolher mais de 500 registos fotográficos que trouxeram diversas perspetivas e reflexões sobre esta cidade atlântica.

O Centro de Mar, sediado no Navio Gil Eannes, a funcionar desde novembro de 2014, conta já com a visita de cerca de 122.000 visitantes e efetuou cerca de 500 atividades para grupos dando a conhecer aos alunos dos agrupamentos de escolas do município de Viana do Castelo, e não só, as tradições e a cultura marítima de Viana do Castelo. Este espaço já se encontra a desenvolver pelo terceiro ano consecutivo o projeto educativo "Além-Mar", que já integrou cerca de 448 alunos do ensino pré-escolar e 1º ciclo, procurando consolidar uma consciência de "Rede de Cultura e Vivência Marítimas" que integre os diversos usos, costumes e crenças que o povo vianense construiu e passou de geração



em geração ao longo desta faixa etária.

Em breve, este espaço irá dispor de uma nova valência – Museu Virtual da Memória Marítima – um equipamento pertencente à Rede Municipal de Ciência onde será possível consultar de forma interativa e desmaterializada o acervo documental disponível, entre livros, revistas, monografias e periódicos sobre a temática do mar, mantendo-se a possibilidade da consulta material e requisição de alguns dos bens. Terá ainda uma segunda valência, também desmaterializada, que constitui o Centro do Património Imaterial do Mar de Viana, onde será possível aceder a conteúdo audiovisual proveniente da recolha de testemunhos da vida pessoal e de trabalho dos homens e mulheres que se fizeram valer no nosso mar. Ainda dentro do serviço educativo, o Centro Monito-

rização Interpretação Ambiental (CMIA) de Viana do Castelo desenvolve desde 2011 o projeto "Escola da Natureza", no qual um dos focos principais de ação é o litoral, desenvolvendo saídas de campo na praia rochosa com objetivo de caracterizar o local e elaborar o perfil de uma praia acompanhado de exploração e observações dos seres vivos que ali existem.

As Dunas são outro espaço que este projeto explora, efetuando a sua caracterização, o seu perfil, como a identificação da flora e fauna dunar. Neste projeto, contamos até ao momento com mais de 5.000 alunos a explorar o seu próprio território. Este projeto foi merecedor do Prémio Europeu "Natura 2000 Awards", atribuído no dia 17 de maio de 2017, pela Comissão Europeia, em Bruxelas. Para um futuro próximo, Viana do Castelo vai ainda abrir portas ao



primeiro Laboratório Colaborativo Municipal do país, que se vai dedicar ao conhecimento do Mar de Viana do Castelo – Observatório do Litoral Norte (OLN). Este projeto resulta de uma parceria entre o Município e o consórcio científico constituído pelo Instituto Politécnico de Viana do Castelo, a Universidade do Minho e a Universidade do Porto.

Este projeto assume-se como um espaço de promoção e partilha do conhecimento dos valores naturais, culturais e patrimoniais de Viana do Castelo e divulgação científica nos domínios do mar e das áreas classificadas. Pretende-se que seja um espaço de investigação e desenvolvimento de novos conhecimentos na temática do mar e de divulgação desses conhecimentos, promovendo a literacia neste tema. O OLN pretende ainda estimular a aproximação entre o público em geral e os investi-

gadores. No âmbito da Rede Municipal de Ciência, é estabelecida uma rede de três Observatórios vocacionados para o estudo e investigação das três unidades de paisagem, sendo o Observatório do Litoral Norte vocacionado para o conhecimento do mar vianense. A Câmara Municipal de Viana do Castelo tem em curso uma Agenda da Inovação e uma Agenda da Ciência e de Conhecimento para o quadriénio 2017-2021, onde se insere o desenvolvimento da Rede Municipal de Ciência, focada na criação de condições físicas, tecnológicas, logísticas e humanas para a investigação dedicada às três grandes unidades de paisagem – oceano, rio e montanha –, de forma a atrair um esforço de investigação para o concelho, desenvolvimento de novos produtos e serviços, e para a promoção da literacia científica nas diversas camadas da população.

Idoso de Refoios atinge a mulher com um martelo

SEMANÁRIO ALTO MINHO Nº 1482 - 20 DE MAIO DE 2020
DIRECTOR: FERNANDO DA SILVA PEREIRA - S/A QUARTA FEIRA
1,80€
Roady CENTRO AUTO
TEL. 288 388 180
MAÇAREFES - VIANA DO CASTELO
DE SEGUNDA A SÁBADO DAS 10h ÀS 19h
DOMINGO DAS 10h ÀS 12h30 E DAS 14h ÀS 18h

Beatriz Barbosa
- da arbitragem
à engenharia
mecânica



Maria José Guerreiro ameaça demitir-se na Câmara de Viana



Feira de Ponte de Lima regressa na segunda-feira com ... contenção

Pandemia deixou Junta de Darque sem receitas



PSD pede a demissão da administradora executiva da Águas do Alto Minho



Intermarché SUPER
Ponte de Lima
Levante as suas compras no DRIVE ou recorra ao seu carro
loja online
CASA CHEIA PROMOÇÕES
OFERTAS E DESCONTOS DIÁRIOS
E 24 HORAS DE RESCUE

Há 25 anos...

ENTREVISTA

"Não aceito lições de ecologia"

António Enes, o presidente da Junta do Soajo, queixa-se dos entraves ao desenvolvimento

Sempre a criticar e a propor alternativas, António Enes é a alma mais inovadora do Alto Minho. Hoje que o conselho do Soajo devia ser reestruturado, mas não se quer mudar em "bolinhas" com poucas possibilidades de ganhar". Defende a existência do Parque Nacional do Peneda-Gerês, mas não aceita as suas lições de ecologia e o atraso de seis anos no pagamento de uma dívida de 10 000 euros.

António Enes Damasceno, 65 anos, director do Centro de Formação de Professores de Anjo de Vilderes e Povo da Raxa, a descoberta é a sua profissão: a agricultura e a sua direcção, desde 1989, quando entrou no distrito para a Junta de Freguesia do Soajo, liderando a lista da Coligação Democrática Unitária (CDU). Em 1993, a maioria repete-se e o professor entra a hipotecar de si candidato a um terceiro mandato, cultura condizente: "ser mauz" vale para falar disso". Esta alta variedade no concelho lança os Anjos de Vilderes (o PSD tem uma municipal e muitos municípios abastecem

de Abril, o Soajo tinha actividade pública". "Nesta época, se passas de si colheitas e a terra é uma grande lição migratória para o distrito e para Lisboa" revela, demonstrando, no entanto, que as soluções sejam responsáveis. "O que quero é uma direcção infantil de comissões", é uma das suas ideias preferidas, que repete sempre que lhe apontam as lições de ecologia. "Aqui vive uma população de milhares que possui um certo espírito comunitário. Naturalmente, não beneficia o comunitário, mas porque temos terras, chegou a existir uma sociedade entre comunitária", explica. Uma das propostas de que todos os anjos se saíram é a recuperação do centro de comércio para a sua vila, que em 1802 foi sede de município. António Enes tem muito de mais para também defender esta proposta, mas afirma não se sentir "em baralhas com poucas possibilidades de ganhar". Apesar de ter conhecido o país em que vive e das forças em jogo, o presidente da Junta do Soajo continua a sua missão: "Não vejo a recuperação deste concelho como uma questão partidária, mas sim como uma questão política. Os anjos nunca se abasteceram com os recursos.

Tem características próprias e quando se referem aos tipos de de habitação chamados de ribeiras. Aqui, há sempre de interpretação e de liberdade, muito grande". Recordando-se "complicado manter a sustentabilidade", António Enes acredita, porém, que "isso não prejudicaria em nada a boa gestão dos dois concelhos e ambos tinham a ganhar". "Anjos de Vilderes é um concelho muito

jornal@altominho.com.pt

FICHA DE ASSINANTE ALTOMINHO

NOME: _____

MORADA: _____

CÓDIGO POSTAL: _____

NÚMERO IDENTIFICAÇÃO FISCAL: _____

ASSINAR MODALIDADE PRETENDIDA:

☐ ASSINATURA SÉNIOR 100,00€	☐ ASSINATURA C/CLASSIFICADO ANUAL (X52) 200,00€
☐ ASSINATURA ANUAL P/TERRITÓRIO NACIONAL 150,00€	☐ ASSINATURA C/DIVULGAÇÃO 400,00€
☐ EUROPA 200,00€	☐ ASSINATURA PME 600,00€
☐ RESTO DO MUNDO 250,00€	☐ PACOTE 5 ASSINATURAS 500,00€

RECORTE ESTE CUPÃO E ENVIE ACOMPANHADO DE CHEQUE PARA:

SEMANÁRIO ALTOMINHO - RUA FRANCISCO SÁ CARNEIRO, Nº 34 - 1º AL - 4990-024 PONTE DE LIMA

O ASSINANTE PODE PROCEDER AO PAGAMENTO DA ASSINATURA POR TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA ATRAVÉS DA SUA CONTA PESSOAL OU, CASO NÃO SEJA O TITULAR DA CONTA BANCÁRIA, INDICANDO O Nº DE CLIENTE E ENVIANDO O COMPROVATIVO

MINIUS PUBLICAÇÕES LDA

IBAN: PT5000451 43240263801 721 74

BIC/SWIFT: CCCMPTPL

SEMANÁRIO ALTO MINHO

PUBLICAÇÃO PERIÓDICA REGISTADA NA ERC COM O Nº 119131

minius publicações lda

jornal@altominho.com.pt - www.altominho.com.pt - tel: 258931100

DIRECTOR: FERNANDO DA SILVA PEREIRA (CPJ Nº 1115 A) // DIRECTOR-ADJUNTO: FILIPE RICARDO VIEIRA (CPJ Nº 3798-A)

DIRECÇÃO COMERCIAL: CARLOS SOUSA PEREIRA (CPJ/CO Nº 342) E RUI FILIPE FERREIRA.

CHEFE DE REDACÇÃO: LÚCIA SOARES PEREIRA (CPJ Nº 5474 A) // EDITOR-CHEFE: ELSA TOUCEIRA (CPJ Nº 5946 A) // REDACTOR-PRINCIPAL: IDALINA CASAL (CPJ Nº 10144)

REDACÇÃO: MICELA BARBOSA (TP 680 A)

REDACÇÃO: RUA FRANCISCO SÁ CARNEIRO, Nº 34 - 1º AL - 4990-024 PONTE DE LIMA
ESTATUTO EDITORIAL: O "ALTOMINHO" É UM ÓRGÃO DE INFORMAÇÃO REGIONAL QUE PRETENDE COBRIR, COM RIGOR E ISENÇÃO E RESPEITANDO OS PRINCÍPIOS DEONTOLÓGICOS, A ÉTICA PROFISSIONAL DOS JORNALISTAS E A BOA FÉ DOS LEITORES, TODOS OS ACONTECIMENTOS DIGNOS DE SER NOTICIADOS DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO. O "ALTOMINHO" É UM SEMANÁRIO DE TODA A REGIÃO E O SEU CONTEÚDO TERÁ DE REFLECTIR SEMPRE A TOTALIDADE DOS CONCELHOS E DAS CORRENTES DE OPINIÃO SIGNIFICATIVAS QUE NELES CIRCULEM. A PUBLICIDADE E A PROPAGANDA, DE FORMA DIRECTA OU INDIRECTA, JAMAIS TERÃO CABIMENTO NO ESPAÇO NOTICIOSO DO "ALTOMINHO", FICANDO SEMPRE SUA PUBLICAÇÃO CLARAMENTE DIFERENCIADA DO CORPO INFORMATIVO. AS NOTÍCIAS QUE O "ALTOMINHO" VEICULARÁ SERÃO, ESTRITAMENTE, REGIDAS POR CRITÉRIOS JORNALÍSTICOS, TENDO SEMPRE PRESENTE O LIVRO DE ESTILO DO JORNAL E O CÓDIGO DEONTOLÓGICO DOS JORNALISTAS PORTUGUESES. É UMA OPÇÃO INDIVIDUAL DOS JORNALISTAS E COLABORADORES DO SEMANÁRIO "ALTOMINHO" SEGUIR OU NÃO O ACORDO ORTOGRÁFICO. O "ALTOMINHO" APENAS CEDE FOTOGRAFIAS A ASSINANTES/ANUNCIANTES, MEDIANTE A ASSINATURA PRESENCIAL DE UMA DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIZAÇÃO PELO USO INDEVIDO DAS FOTOS PRETENDIDAS.

EDITOR E PROPRIETÁRIO: MINIUS PUBLICAÇÕES LDA (EMPRESA JORNALÍSTICA Nº 219775). RUA FRANCISCO SÁ CARNEIRO, Nº 34 - 1º AL - 4990-024 PONTE DE LIMA

NIF: 503473456 - CRCLP 546 - CAPITAL SOCIAL: 45 000 EUROS

SÓCIOS COM MAIS DE 5 % DO CAPITAL SOCIAL: FERNANDO DA SILVA PEREIRA E MARIA CLARA ALVES PEREIRA TEIXEIRA PIRES. ADMINISTRAÇÃO: FERNANDO DA SILVA PEREIRA

LOCALIZAÇÃO: RUA FRANCISCO SÁ CARNEIRO, Nº 34 - 1º AL - 4990-024 PONTE DE LIMA # VIANA DO CASTELO

"EDV é uma bandeira sobrecarregada"



Micaela Barbosa

No âmbito das comemorações do 44º aniversário, a Escola Desportiva de Viana fez uma retrospectiva do trabalho desenvolvido que até hoje deu origem a 485 títulos nacionais, sendo por isso, "um dos projetos formativos que melhores resultados tem a nível nacional". "Do universo das nove modalidades que este momento a EDV contempla, sete têm títulos nacionais", referiu Rui Jorge Silva, presidente da EDV, atirando: "Uma das outras coisas que lamentavelmente a cidade esquece muito são os nossos pequenos heróis. Temos atletas em Viana do Castelo esquecidos. Na natação sete. Joana Vitoriano (58), Duarte Dantas (20), Alexandre Ribas (13), Diana Rocha (13), Filipa Pinheiro (13), José Coutinho (12) e Manuel Dantas (11). Na Esgrima quatro: Marta Pereira (14), Carolina Oliveira (14), Cátia Ferreira (13) e João Gomes (11). No Trail, Ricardo Silva foi 11 vezes campeão nacional. Estamos a falar de atletas com um palmarés único. Mesmo a nível nacional são poucos exemplos com tantos títulos nacionais e eles estão cá em Viana do Castelo."

Rui Silva apontou ainda a dificuldade da criação de um gabinete de comunicação e imagem devido "aos custos" porque "a EDV desenvolve um trabalho 100% voluntário". "Aquilo que nos parece, em termos de escola, é que temos incapacidade de transpor-

tar lá para fora o trabalho que é realizado cá dentro e é aquilo que temos notado, também um bocado por parte da comunicação social. Temos atletas com títulos nacionais fabulosos e parece que esta situação passa um pouco por despercebida", afirmou, exemplificando: "Numa das galas, a EDV homenageou atletas e ex-atletas. Numa pesquisa que fiz, reparei que a escola teve uma atleta que conquistou 58 títulos nacionais. A cidade tem que a conhecer, da mesma forma que a cidade reconheceu a Manuela Machado pelos títulos que conseguiu, atribuindo-lhe um estádio. Há uns tempos, o Alexandre Ribas venceu uma prova e colocamos um cartaz na piscina, dando-lhe os parabéns. A EDV foi alvo de uma campanha horrível. É também necessário pegar nesses modelos para que as crianças que estão a iniciar o projeto vejam nesses exemplos aquilo que nós queremos. Temos que potencializar o projeto para que os outros queiram trabalhar para esse sucesso e aí, é que diferenciamos dos outros. Não pode ser através do sucesso rápido."

Já nos anos em que a atual direção assumiu os destinos do clube, foram conquistados 140 títulos nacionais em seis modalidades diferentes: trail (49), natação (41), esgrima (29), ginástica (16), BTT (4) e triatlo (1). "Infelizmente, o ano 2020 está perdido. Será o único ano em que a escola não

terá títulos nacionais até porque não houve provas e campeonatos nacionais", lamentou, frisando que "a EDV tem um crescendo em termos de títulos nacionais da mesma forma que alarga a sua oferta desportiva".

Atualmente, a EDV mobiliza "mais de 1600 pessoas", garante o responsável, e, desde que a atual direção tomou posse, a preocupação está "na criação de estruturas físicas que permitam suportar o desenvolvimento das suas modalidades". "Neste momento, estamos completamente asfixiados porque não há espaços disponíveis. Todos os espaços desportivos estão sobrecarregados com outras modalidades e projetos desportivos e por mais pavilhões que sejam construídos, as pessoas têm que perceber que toda a gente trabalha no mesmo lugar. Ou seja, se existe uma escola em que os atletas estão em idade escolar, nós sabemos que só existe ali uma janela de oportunidade entre as 17h30 e as 21h30", explicou, destacando a concretização da Praça Viana.

Para Rui Silva, sem as infraestruturas próprias, a EDV "não pode dar o passo seguinte". "Quando se fala de próprias, não quer dizer que seja no sentido da posse, mas de poder decidir sobre esses espaços. Os nossos atletas continuam a ser e são super atletas pois continuam a precisar de ser muito melhores que os outros para obter o

mesmo nível de resultados até pela periferia em que nos encontramos. No exemplo da Carolina Oliveira, a atleta tem de treinar no Porto e aqui e, por isso, requer um esforço muito maior ao contrário do que acontece nos grandes centros, onde estão, normalmente as melhores instalações, exemplificou, frisando: "Se conseguimos aqueles títulos é porque os nossos atletas são, claramente, super atletas. Portanto, a Escola Desportiva de Viana tem, hoje em dia, um projeto consolidado, organizado, transparente, sério e cada vez mais reconhecido pelos seus pares. A EDV vai continuar a apostar na qualidade da sua formação. Somos de facto uma Bandeira da Cidade, e somos cada vez mais um exemplo a seguir."

Rui Jorge Silva confessou ainda um sonho por concretizar: "O meu sonho era ter andebol na EDV e, neste momento, sou presidente há nove anos e o andebol nunca chegou à escola porque, face às estruturas que existem em Viana do Castelo, não há possibilidade de criar um projeto de andebol que tenha início, meio e fim. Isto porque é necessário um pavilhão a tempo inteiro e estruturas de formação que nos obrigariam a ter um campo de 40x22. Logo, não vale a pena começar um projeto que à partida já está morto. Não há estrutura para ela, portanto, aquilo que defendemos é que não podemos, nem devemos queimar etapas", advertiu.





"Trabalho extraordinário e alarido infundado na Mata do Camarido"

O Município de Caminha organizou uma visita à Mata Nacional do Camarido, com o intuito de dar a conhecer os trabalhos em curso no âmbito do Plano de Gestão Florestal (PGF) aprovado em 2010, que vêm sendo desenvolvidos pelo ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas. A visita foi acompanhada pelos representantes das associações ambientalistas COREMA – Associação de Defesa do Património e NUCEARTES - Núcleo de Estudos e Artes do Vale do Âncora.

Entre as entidades presentes, destaque também para Sandra Sarmento, diretora regional da Natureza e Florestas do Norte; Rui Batista, gestor da Mata, comandantes dos Bombeiros Voluntários de Caminha, representantes da Assembleia Municipal de Caminha, freguesias, vereadores da oposição e órgãos de Comunicação Social.

Face a alguma "controvérsia infundada", o Município de Caminha decidiu organizar esta visita com o ICNF para esclarecer todas as dúvidas que possam existir face ao trabalho que está a ser executado e que é fundamental à boa gestão e à vida deste espaço esplêndido. Um trabalho que, afinal, corresponde "por inteiro ao Plano de Gestão Florestal aprovado em 2010, depois de ter sido submetido a discussão pública, e que foi acompanhado já na altura pelas associações ambientalistas".

Isso mesmo seria confirmado no final da visita pelo presidente da COREMA. Interpelado pelos jornalistas, José Gualdino Fernandes garantiu que já conhecia esta intervenção desde a sua génese. O responsável considerou a visita proveitosa, até por terem surgido algumas posições que, em seu entender, se devem a desconhecimento e que provocaram alarido.

Coube ao gestor da Mata, Rui Batista expor minuciosamente o plano que está a ser desenvolvido num espaço com cerca de 140 anos. Depois de fazer o enquadramento histórico da Mata Nacional do Camarido, o técnico explicou que o Plano aprovado há 10 anos está a ser cumprido em função do cronograma que foi estabelecido. Neste momento está praticamente cumprido um primeiro ciclo desse plano, que consistiu genericamente a retirada de material seco e decrépito, que se traduzia também em perigo para as pessoas que usam o espaço, assim como acácias, e execução de faixas. São, afirmou, ações indispensáveis para a proteção das pessoas e para tornar a Mata mais diversificada, com maior peso de folhosas. Além disso foi feita a reconversão de povoamentos e plantadas 23 mil novas árvores. Após a fase de consolidação deste primeiro ciclo será dado início ao segundo

ciclo do PGF da Mata do Camarido, que incluirá a plantação de mais 23 novas árvores.

Conforme foi sublinhado pelos diversos especialistas, este é um trabalho contínuo, que o ICNF desenvolve e que mereceu os elogios do presidente da Câmara. Miguel Alves considerou "o trabalho extraordinário" e lamentou a falta de conhecimentos que, como no caso, originou "alarido completamente infundado".

A visita, permitiu esclarecer com total transparência, dando a palavra à maior autoridade nacional pública na gestão da floresta, responsável também pela gestão da Mata Nacional do Camarido, agora melhor defendida face ao verão que se aproxima, mais segura e em melhores condições de se assumir como uma alternativa às praias e outras zonas mais procuradas para lazer.



VIVER BEM AO MELHOR PREÇO.

A sua nova marca no
Intermarchê

PONTE DE LIMA

Levante as suas compras no **DRIVE** ou receba-as em casa.

loja online

SIMPLES, CÔMODO E RÁPIDO.

OFERTA DOS SACOS E DA TAXA DE RECOLHA.





Concelho de Melgaço perdeu 1000 habitantes em oito anos

A Pordata, um projeto da Fundação Francisco Manuel dos Santos, está a fazer retratos estatísticos dos 308 municípios portugueses. Desta vez, o retrato incide sobre o concelho de Melgaço, onde a evolução em pouco menos de uma década mostra um município com menos população, mais idosos e onde as despesas da autarquia quase duplicaram em oito anos nas áreas da cultura e desporto.

A Pordata, um portal de acesso gratuito, que não é mais do que uma base estatística certificada sobre Portugal, sobre os municí-

pios e sobre a Europa, está a divulgar os retratos dos municípios por altura dos seus feriados municipais. Melgaço assinala-o a 21 de maio e o retrato da Pordata mostra um concelho onde existem 448 idosos por cada cem jovens e onde a população residente caiu para menos mil pessoas em oito anos. A desertificação do concelho raiano é uma certeza, pese embora as tentativas de investimento que também este retrato aponta como é o caso do número de alojamentos turísticos, que sobre de quatro para 15.

Ainda assim, o índice de envelhecimento da população é das poucas coisas que sobem nesta matéria, sendo que os nascimentos registam uma quebra, assim como os alunos a frequentar o ensino não superior. Ainda assim, mantem-se os estabelecimentos de ensino dos vários níveis e realça-se que existe agora um estabelecimento de ensino superior, o que equilibra a balança já que esta presença significa também a presença de 264 jovens no concelho.

Talvez por isso, as despesas da Câmara Municipal no desporto e cultura duplica-

ram, sendo que genericamente as receitas e as despesas seguiram a mesma tendência, cifrando-se agora nos 13 milhões na despesa e nos 13.4 milhões na receita da autarquia.

Melgaço tem hoje, e de acordo com este retrato, 1.1 por cento de população estrangeira, cinco estabelecimentos bancários e 1291 empresas não financeiras, dando nota do vigor da economia local que, numa vila da raia com problemas de desertificação, denotam um forte investimento para manter a economia local viva.

BREVEMENTE VOLTAREMOS A VIAJAR JUNTOS



**ESTAMOS A TRABALHAR
NO SEU CONFORTO
E NA SUA SEGURANÇA.
DIA 25 DE MAIO
ESTAMOS JUNTOS.**

APÓS ALGUMAS OBRAS DE MELHORIA NA FUNCIONALIDADE, CONFORTO E SEGURANÇA, O RESTAURANTE VIANAMAR REABRE PORTAS SEGUNDA FEIRA 25 DE MAIO.

CRIAMOS PARA SI, ZONAS DE DISTANCIAMENTO SOCIAL CONFORME INDICAÇÕES DA DGS, TANTO NAS 2 SALAS QUE DISPOMOS COMO NA ESPLANADA, PARA QUE ALMOÇE OU JANTE EM PLENA SEGURANÇA COMO SE O FIZESSE EM CASA.

SAIA DE CASA, VAI FICAR TUDO BEM. VISITE-NOS



ALTO MINHO

EDIÇÃO DIGITAL Nº 5 - 23 DE MAIO DE 2020

Autarcas ameaçam tomar medidas "contundentes" para a reabertura das fronteiras

Manifestando "um profundo mal-estar pela restrição e a existência de um único ponto de passagem na fronteira alto-minhota entre Portugal-Espanha, especialmente no que respeita aos trabalhadores transfronteiriços", o AECT Rio Minho e os representantes das Eurocidades da raia minhota decidiram "reforçar o protesto devido à não reabertura de fronteiras". "Esta postura consensual é sustentada pela recente publicação do Observatório Transfronteiriço Espanha-Portugal que indica que, dos 60 pontos existentes entre ambos os países, os de Valença-Tui, Cerveira-Tomiño e Monção-Salvaterra estão entre os seis com maior fluxo de tráfego transfronteiriço", nota.

Para o diretor deste agrupamento transfronteiriço, Uxío Benítez, a situação está a tornar-se "insustentável", já que o território do Minho se encontra "afogado" por uma única passagem de fronteira (Valença-Tui), o que impossibilita as intensas relações socioeconómicas entre ambas margens do rio. Neste sentido, o objetivo "é implementar medidas reivindicativas contundentes e visíveis que chamem a atenção para esta problemática, além de continuar a trabalhar a vertente administrativa para conseguir abrir um maior número de pontos transfronteiriços".

Já o vice-diretor do AECT Rio Minho e presidente da Câmara Municipal de Vila Nova

de Cerveira sublinha que "esta posição visa insistir junto das instâncias do poder, quer o lado português quer do lado espanhol, sensibilizando-as para esta problemática, tanto mais que a situação sanitária de ambos os lados da fronteira do rio Minho é, neste momento, muito idêntica, com uma evolução claramente favorável".

Fernando Nogueira explica que, "se é possível assegurar condições de segurança sanitária entre Valença-Tui, também o será nas outras fronteiras, mediante a boa coordenação das forças de segurança dos dois países e, se necessário, com a colaboração das autarquias que, como sempre, estão disponíveis para colaborar".

Esta posição é igualmente corroborada pela Xunta da Galicia que, ainda recentemente, remeteu ao AECT Rio Minho uma carta em que defende, nomeadamente "uma coordenação forte entre todas as administrações implicadas para facilitar a progressiva reativação das áreas de fronteira, em particular das nossas Eurocidades, na medida em que partilham alguns serviços públicos e tenham planos e projetos conjuntos de execução".

O vice-diretor do AECT Rio Minho adianta que o objetivo é remeter esta preocupação novamente para o Governo e Grupos Parlamentares, "equacionando-se a possibilidade de se promover uma petição pública conjun-

ta, no sentido de se conseguir alcançar a aplicação destas medidas reivindicadas".

Durante a reunião desta quinta-feira, realizada por videochamada, os representantes do AECT Rio Minho e das Eurocidades de Valença-Tui, de Cerveira-Tomiño e de Monção-Salvaterra consideraram que o cenário não pode manter-se exatamente igual ao aplicado aquando do estado de emergência/alarma – no qual era imperioso um confinamento estrito e uma restrição clara da mobilidade.

Neste momento, acreditam que se pode agilizar uma retoma gradual de mobilidade entre ambos os países, quer para flexibilizar a passagem de trabalhadores transfronteiriços e evitar o congestionamento, às vezes, de duas horas, quer como um estímulo para a dinâmica económico-social conjunta.

Como argumento dessa vitalidade económica foram apresentados os dados do último Observatório Transfronteiriço Espanha-Portugal (OTEP) sobre a mobilidade na fronteira, publicado nos finais de 2019 por ambos os governos, e que revelam que, das 60 passagens existentes entre Espanha e Portugal, as de Valença-Tui, Cerveira-Tomiño e Monção-Salvaterra estão entre as seis com maior fluxo de tráfego transfronteiriço, somando, entre as três, mais do 50% do trânsito de veículos.

No final do encontro, ficou ainda acordado que, nos próximos dias, serão convocados os restantes concelhos da raia para consensuar algumas medidas de protesto, com o intuito de criar um maior impacto junto dos governos de Portugal e Espanha.

De relembrar que, após ter submetido, a 28 de abril, uma declaração formal subscrita pelos presidentes dos concelhos da raia minhota para o Primeiro Ministro, a Secretária de Estado da Valorização do Interior e a CCDD-N a reivindicar soluções imediatas para a grave situação socioeconómica transfronteiriça, a direção do AECT Rio Minho reuniu, há dias, com o delegado do Governo na Galiza que, por sua vez, transmitiu aos Ministérios de Sanidade e Interior esta vontade de abertura de mais pontos de passagem, assim como realizou um encontro com o Secretário-geral da Asociación de Rexiós Fronteirizas Europeas (ARFE), Martín Guillermo Ramírez, que confirmou comunicar este impasse nas fronteiras à própria responsável da Comunidade Europeia, Ursula Von der Leyen. Até ao momento, estas investidas ainda não receberam qualquer resposta.

Na sequência destas diligências, o AECT Rio Minho reitera a posição e vai remeter novamente esta posição às mesmas entidades, e aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República.



"Crimes ambientais merecem sentenças mais fortes"

Os portugueses consideram muito importantes os crimes contra o ambiente e querem mais eficácia ao seu combate, sugerem os resultados de um estudo divulgado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA). A divulgação dos resultados do estudo aconteceu no Dia Internacional da Biodiversidade (22 de maio), com a SPEA a defender que são necessárias sentenças "mais fortes" nos crimes contra o ambiente.

O estudo, explica a SPEA, foi feito no âmbito do projeto "LIFE Nature Guardians", destinado a minimizar os efeitos do crime contra o ambiente em Portugal e Espanha e melhorar a eficácia do combate a esses crimes.

Explica-se no comunicado que num inquérito a 700 portugueses, 80% dos inquiridos consideraram que o Governo não dá importância suficiente às questões ambientais, e quase 90% defenderam que os crimes contra o ambiente são tão ou mais importantes que outros tipos de delitos.

Os participantes avaliaram como "insuficiente" a eficácia das entidades que combatem os crimes contra o ambiente, bem como da própria legislação. "Para corresponder a esta preocupação dos portugueses, e reduzir significativamente os crimes contra o ambiente, precisamos de sentenças mais fortes, que tenham realmente um efeito dissuasor, para que os perpetradores não fiquem impunes, e estes crimes deixem de ser vistos como 'lucrativos'", afirma Joaquim Teodósio, coordenador do Departamento de Conservação Terrestre da SPEA, citado no comunicado. Diz a SPEA que entre 1998 e 2017 foram registados em Portugal 1.066 crimes contra a natu-

reza. Ainda no âmbito do projeto "LIFE Nature Guardians", investigadores da Universidade do Porto constataram que, de 52 casos analisados, apesar de 80% terem resultado em condenação, a maioria das multas aplicadas não ultrapassou os 900 euros.

Em Espanha, afirma-se no comunicado, as coimas são mais avultadas, dando-se o exemplo em que os responsáveis pela morte de seis águias-imperiais foram condenados a pagar 360.000 euros. O dia 22 de maio como Dia Internacional da Biodiversidade assinala a assinatura da Convenção sobre diversidade biológica, a 22 de maio de 1992 em Nairobi, no Quênia. A efeméride começou por ser assinada a 29 de dezembro, data da entrada em vigor da Convenção, mas em 2000 a Assembleia-geral das Nações Unidas escolheu o dia 22 de maio.

A associação ambientalista Zero diz que Portugal não está a aproveitar os apoios para a conservação da natureza e que a par de atrasos em projetos podem ficar por usar 10 milhões de euros.

O alerta é feito em comunicado, no qual a associação também apela para que se reexamine a relação do Homem com mundo natural e lembra que apesar de todos os avanços tecnológicos continua igual a dependência de ecossistemas saudáveis. O comunicado surge quando se assinala o Dia Internacional da Biodiversidade, com a associação a avisar que essa verba de 10 milhões de euros destinada à conservação da natureza não deve ser desviada para outros fins.

"Uma coisa é certa: apesar de todos os nossos avanços tecnológicos, somos completa-

mente dependentes de ecossistemas saudáveis e vibrantes para a nossa saúde, água, alimentos, medicamentos, roupas, combustível, abrigo e energia, só para citar alguns", começa por frisar a associação.

Depois da pandemia de covid-19 a Zero considera que se deve aproveitar para "reconstruir melhor" e para aumentar a "resiliência dos países e comunidades", e que 2020 deve ser o ano de se inverter a tendência de perda de biodiversidade no planeta.

No entanto, escreve a associação, com base em elementos fornecidos pela Autoridade de Gestão do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), em Portugal a execução financeira e os indicadores de realização de projetos de conservação da natureza aprovados até ao fim de 2019, e a execução de projetos até essa data, tiveram atrasos "muito preocupantes".

Com base nessa análise diz a Zero que se caminha "para um cenário de não aproveitamento do financiamento disponível" que poderá, segundo a estimativa da associação, atingir os 10 milhões de euros, "isto é, 25% do montante total dos investimentos previstos".

Nas contas da Zero, até ao fim de 2019 dos 40 milhões de euros destinados a três linhas de financiamento foram aprovados projetos que envolvem um financiamento do Fundo de Coesão na ordem dos 32,5 milhões de euros.

Os 10 milhões, diz-se no comunicado, explicam-se por haver 7,45 milhões de euros ainda não atribuídos e 3,44 milhões de euros de não execução sobre projetos que deviam ter sido concluídos até ao fim de 2019.

A associação apresenta vários exemplos da

falta de execução de projetos, e fala de baixas taxas de realização e de atrasos, quando há uma "carência de investimentos na conservação de espécies e habitats, como demonstram todos os relatórios submetidos à União Europeia".

Quando "se olha para a tipologia de projetos de conservação financiados, à exceção de algumas intervenções como no Parque Nacional da Peneda-Gerês, em áreas fortemente fustigadas pelos incêndios (...), nem sempre se constata uma linha coerente nas operações apoiadas, sendo notória uma enorme desorientação na definição das verdadeiras prioridades de investimento que tem caracterizado a atuação do Ministério do Ambiente, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) e da própria Autoridade de Gestão do PO SEUR, nos últimos quatro anos", acusa a Zero.

Também, e tendo em conta os indicadores de biodiversidade e conservação da natureza, o investimento em ações de informação ficou "aquém do esperado".

Em conclusão das contas, a Zero diz temer que os cerca de 10 milhões resultantes "da má programação e da fraca execução" seja transferidos para outras áreas de investimento público, "fragilizando ainda mais a política de conservação da natureza".

E deixa sugestões para usar essa verba, como, entre outras, a recuperação das populações da truta-de-rio autóctone, o reforço das populações de presas silvestres do lobo-ibérico (corço e veado), a reabilitação de habitats de água doce de águas paradas, e a preservação da flora ameaçada.



intelligent technology designed for you

Centro de Nanotecnologia desenvolve viseira inovadora e reutilizável

Para ajudar no combate à Covid-19, o CeNTI está a desenvolver uma viseira de proteção individual, reutilizável e inovadora, com propriedades antiviricas e anti embaciamento. Além de ter um novo design, a viseira será mais fácil de colocar do que as tradicionais soluções, assegurando ao seu utilizador maior conforto e segurança.

Será, em breve, o resultado de um projeto liderado pelo Centro de Nanotecnologia com o apoio do Centro Clínico Académico de Braga e da Moldit, empresa especializada na produção de moldes e componentes plásticos.

A viseira terá um novo design, mais ergonómico, e a sua produção será feita através de um processo de moldagem por injeção para produzir o aro de fixação e a viseira que compõe a solução final.

A proteção adicional será conferida por revestimentos antiviricos e anti embaciamento, que permitirão garantir maior grau de proteção do utilizador. A reutilização será também uma das suas principais vantagens, con-

tribuindo para a sustentabilidade e proteção ambiental.

Esta é mais uma das iniciativas do CeNTI no combate à pandemia de Covid-19. Recentemente, o Centro de Nanotecnologia e Materiais Inteligentes ofereceu ao Hospital de Braga um vasto conjunto de viseiras de proteção individual desenvolvidas e produzidas internamente. Estes equipamentos permitiram assegurar a proteção de profissionais de saúde e utentes.

O CeNTI tem também liderado e participado em outras iniciativas de combate à Covid-19, das quais se destacam a impressão em 3D do aro para fixação da viseira em policarbonato translúcido, a impressão em 3D para prototipagem rápida de componentes para ventiladores pulmonares e o desenvolvimento de revestimentos para efetuar repelência a vírus e evitar condensação (hidrofobicidade) em superfícies/substratos.

Fundado em 2006, o CeNTI - Centro de Nanotecnologia e Materiais Técnicos, Funcio-

nais e Inteligentes - resulta de uma parceria entre três universidades – Aveiro, Minho e Porto – e três entidades tecnológicas, nomeadamente o CITEVE – Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário de Portugal, o CTIC – Centro Tecnológico das Indústrias do Couro e o CEIIA – Centro para a Excelência e Inovação na Indústria Automóvel.

Tem atualmente uma equipa composta por mais de 100 colaboradores e está vocacionado para o desenvolvimento de novos produtos e soluções, tendo por base a nanotecnologia e os materiais funcionais e inteligentes.

Com uma forte ligação ao tecido empresarial, o CeNTI já participou em mais de 170 projetos com a indústria nacional e internacional e possui um portefólio de 67 pedidos de patentes ativas e 35 patentes concedidas.

O Centro Clínico Académico de Braga (2CA-Braga) é uma parceria, sem fins lucrativos, criada em 2012 pelo Hospital de Braga, Universidade do Minho (através da Escola de

Medicina e do Instituto de Ciências da Vida e da Saúde) e Hospital CUF Porto.

Sediado no Hospital de Braga, tem como foco o desenvolvimento da investigação clínica, enquadrada num ambiente de prestação de cuidados de saúde, e a promoção e produção de conhecimento, no sentido de tornar os cuidados clínicos mais efetivos, melhorando a qualidade e a eficiência assistencial.

Sobre a Moldit – Indústria de Moldes S.A.

Fundada em 1990, a Moldit é uma empresa especializada na produção de moldes e peças plásticas, que integra o Grupo Durit. Atua em diversas áreas de negócio, nomeadamente automóvel, embalagem, mobiliário plástico, puericultura e aplicações domésticas.

Possui quatro polos de produção localizados em Portugal (dois em Oliveira de Azeméis e um na Marinha Grande) e no Brasil, exportando grande parte da sua produção para destinos como Alemanha, Espanha, França, EUA, México, Holanda, Polónia, Turquia, entre outros.



Garranos ajudam na prevenção de incêndios florestais

A Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) está a participar no projeto europeu Open2preserve, que visa desenvolver um modelo de gestão sustentável a fim de permitir a redução de risco de incêndio, garantir a preservação dos serviços dos ecossistemas e a qualidade ecológica dos espaços abertos de montanha de elevado valor ambiental.

Este projeto apoiado pelo Interreg-Sudoe, é liderado pela Universidade Pública de Navarra e conta com um financiamento de cerca de 1.700.000€. No caso concreto do estudo que está a ser desenvolvido pela UTAD, pretende-se conjugar a utilização do fogo controlado com o pastoreio de cavalos de raça Garrana, respetivamente na limpeza

e manutenção das áreas de matos. A raça Garrana é uma raça autóctone de equídeos portugueses, característicos do Minho.

"Trata-se de um projeto inovador que utiliza Garranos na gestão do espaço florestal e, consequentemente na prevenção de incêndios, visando igualmente implementar uma estratégia sustentável do ponto de vista socioeconómico. Pretende-se também desenvolver a valorização da raça Garrana através de estratégias que passam pela implementação de produtos turísticos que consistem na observação de cavalos em estado semisselvagem", afirma Filipa Torres-Manso, responsável pelo projeto na UTAD.

Este ensaio está decorrer numa área de baldio no Vale da Campeã, Concelho de Vila

Real, Sitio Rede Natura 2000 "Alvão-Marão" e colaboram os investigadores do CETRAD e do CITAB, Filipa Torres-Manso, Luis Ferreira, Ana Marta-Costa, Paulo Fernandes e Rui Pinto. Dentro da área total de 11 ha, implementaram-se três parcelas, numa das quais foi realizado fogo controlado durante o inverno de 2019 e onde estão os garranos em pastoreio, outra, que foi também submetida a um fogo de inverno e, uma última, sem qualquer intervenção, constituindo a parcela de controlo.

Esta área encontrava-se "bastante vulnerável a incêndios e sem qualquer valor para o pastoreio". Com a utilização do fogo controlado, verificou-se uma "rápida recuperação da vegetação, surgindo novas espécies her-

báceas e um rejuvenescimento dos matos pré-existent", acrescenta a responsável do projeto na UTAD.

São também parceiros deste projeto, o Instituto Politécnico de Bragança, a Universidade de Santiago de Compostela, a Universitat Autònoma de Barcelo a, a Fundació d'Ecologia del Foc i Gestió d'Incendis Pau Costa Alcubierre, a Agencia Estatal Consejo Superior de Investigaciones Científicas, o Instituto Navarro de Tecnologías e Infraestructuras Agroalimentarias, a Chambre d'agriculture des Pyrénées Atlantiques, a Société d'élevage des Pyrénées Orientales, o Centre National de la Recherche Scientifique, a Junta de Andalucía, e a Fundación Centro Tecnológico da Carne.



Subsídios para a memória do nosso património industrial

Apeadeiro de Âncora Praia: In loco, mora o desprezo

Rui Manuel Marinho Rodrigues Maia

Licenciado em História,

Mestre em Património e Turismo

Cultural pela Universidade do Minho

Investigador em Património Industrial.

O Apeadeiro de Âncora Praia, bem no âmago dessa vila tão procurada pelos veraneantes, esconde-se, como que envergonhado, ante a volumetria de uma vila que teimou erguer-se, sem rei nem roque, à mercê do acaso e da teimosia humana - parecendo querer engolir o pequeno Apeadeiro. Ali, acanhado, será ad perpetuam a memória de um dos maiores marcos da história da Regeneração de um país, que se queria desvincular dos atrasos materiais de que durante séculos padecia.

O Caminho de Ferro, foi porventura o maior evento de todo o século XIX português em avanços materiais. Atualmente, a nossa ferrovia sofre de muito esquecimento, apesar da eletrificação da Linha do Minho representar a sua valorização (parecendo-nos vanguardista) ela não deixa de ser extemporânea. Trata-se de uma obra que peca pelo atraso, quando deveria ter sido realizada há cerca de vinte anos atrás. A ferrovia sofreu imensos cortes nas últimas décadas, sinónimo disso foi o aba-

te massivo de ramais e determinadas linhas. Contudo, caro leitor, não queremos aqui fazer ajustes com o passado, seria tempo perdido, e como costuma dizer o populum: "vozes de burro não chegam ao céu". Os iluminados, esses que retirem as devidas ilações, se o desembaraço e a boa disposição o permitirem. O artigo que aqui lavramos, assemelha-se àqueles cenários de romaria, em que a criança muito pequena se vê enredada pela multidão, passando despercebida, inaudível, ofuscada pelo caos, agarrando com firmeza a mão do pai e da mãe para não se perder. Assim, tecemos a analogia, colocamos o Apeadeiro de Âncora Praia que a nós se agarra, como se fôssemos pai e mãe, a nós preocupando, passando ao lado dos burburinhos do quotidiano das gentes desse burgo.

As gentes, não vislumbram o desprezo a que foi votado, de cara suja, mal tratada, que péssima imagem ele transmite aos que fazem desse burgo destino de lazer. Que mal parece, que mau parecer, podem levar os forasteiros, ao olhar para as suas entranhas, e lá dentro, bem dentro, móveis partidos ver? Bancos não são, em tempos sei que eram, transformaram-se num emaranhado de paus, surgindo ali escavados, talvez pelos maus, pernas torcidas, restos e bocados. Oh meu Deus, que tristes

pecados! Vejo essa vil imagem, de tão maus cuidados! Costuma-se dizer, lá do fundo do coração, que coisa mais malvada nos podem dar, senão a ingratidão? Não sabemos, nem temos informação, se a autarquia de Vila Praia de Âncora deu pela situação. Mas se deu, e não é da sua alçada, que remeta à Infraestruturas de Portugal essa sua "chaga". A quem ali arribar, que chegue com dotes de canto, e diga em voz alta ao povo: O abandono está a brandir a sua espada, nesse recanto!!!

O grito cantado, se não for escutado, pelo responsável daquilo que a todos pertence, abandone seu lugar, não é competente. Bem...com as rimas de lado, e labaredas atiradas, retomemos o caminho, por tortas estradas. O Cavalinho de Ferro chegou a Vila Praia de Âncora no último quartel de Oitocentos, já lá vão mais de cem anos. A sua chegada foi motivo de regozijo para as suas comunidades, que viam as dificuldades encurtadas, as oportunidades de trabalho crescerem, as de estudar fora, etc., foi de facto um evento subscrito pelo cinzel do progresso. Atualmente, cremos veementemente que se devem empenhar todos os esforços para preservar esse património industrial, que tanto merece o nosso carinho, por tudo que nos dá, por tudo que deu aos nossos antepassados. Hoje, todos (ou quase

todos) possuem carro, mas antes não havia essa facilidade e burguesia. A mobilidade era difícil no século XIX, e mesmo no século XX os grandes melhoramentos na rodovia aconteceram após 1945 - com o primeiro Plano Rodoviário Nacional - pois, as vias de comunicação terrestres eram péssimas, e os Caminhos de Ferro davam cartas em matéria de mobilidade - eram fundamentais.

Num tempo em que se fala de um Novo Paradigma, motivado pela emergência climática, não se compreende de modo algum o desprezo que é dado ao meio de transporte que mais pode dar os seus contributos nessa matéria. Ao fortalecermos a ferrovia, estamos a fortalecer a sustentabilidade do futuro - ao valorizarmos esse património damos oportunidades à coesão social - económica - territorial - criando empregos, riqueza, redes de trabalho, sinergias, etc., podemos transformar esse abandono que nos fere a esperança em Museus - Centros de Interpretação - Bibliotecas e muito mais. Pensem nisso, pensem que tantas vezes não colhemos porque não semeamos, e não é decerto porque a terra é má, infecunda.

O Minho, é o retalho de Terra mais belo e pitoresco do Mundo, onde um dia Deus fez uma pausa para respirar durante a criação.

Juntos na produção sustentável.

CA Agricultura

PUBLICIDADE 01/2020

O sucesso
nasce da
optimização.

Conheça as Soluções CA de Apoio
à Agricultura, Agro-indústria e Florestas

- Apoio à Gestão
- Crédito à Actividade
- Linhas de Crédito Especializadas
- Parcerias Estratégicas
- Seguros



creditoagricola.pt • 808 20 60 60
Atendimento personalizado 24h/dia, 7 dias/semana

